



A produção dos sentidos da nacionalidade: um estudo sobre práticas discursivas na Primeira República¹

The production of the nationality senses: a study about discursive practices in Brazilian First Republic

André Luiz Joanilho*

Mariângela Peccioli Galli Joanilho**

Resumo:

Durante a Primeira República (1889-1930), práticas discursivas sobre a identidade nacional apareceram em profusão e podemos encontrá-las em jornais de grande circulação. As ideias sobre nacionalismo podem ser vistas em artigos e outros textos produzidos por educadores, médicos e jornalistas que refletem as ideias raciais geradas pela elite cultural do período. Positivismo, darwinismo social e liberalismo se misturam para formar práticas discursivas sobre o que é nacional e também sobre os indivíduos. O pequeno número de instituições educacionais permitiu a canalização dessas práticas em direção à sociedade, estabelecendo uma espécie de consenso do pensamento intelectual.

Palavras chave: Práticas discursivas; Designação; Enunciação; Identidade nacional.

Abstract:

During the period of Brazilian First Republic (1889-1930) discursive practices about national identity appeared in profusion and we can find them in newspapers of wide circulation. The ideas about nationalism can be seen in articles and other texts produced by educators, medicals and journalists that reflect the racial ideas generated by the cultural elite of the period. Positivism, Social Darwinism and liberalism blended to create discursive practices about what is really national and also about the national individuals are. The small number of educational institutions allowed channeling these practices towards society, establishing a sort of intellectual thought consensus.

Keywords: Discursive practices; Enunciation; Designation; National identity.

¹ Este estudo foi produzido com o apoio da Fundação Araucária.

* Doutor em História pela UNESP – Assis. Professor da Universidade Estadual de Londrina. Rua Deputado Fernando Ferrari, 585, apto 201. CEP: 86062-030 - Londrina – PR. Email: alj@uel.br

** Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora da Universidade Estadual de Londrina. Rua Deputado Fernando Ferrari, 585, apto 201. CEP: 86062-030 - Londrina – PR. Email: mgalli@uel.br

Indivíduo e sociedade: um pensamento eugênico

À primeira vista, o rápido declínio das teorias raciais nos anos dez do século passado permitiu uma retomada de um nacionalismo romântico. Ele poderia ser identificado principalmente pelas mudanças que ocorreram na estrutura política brasileira, como também no cenário belicista da Europa. Porém, cabe ressaltar que esses são sinais exteriores e que determinadas práticas possibilitaram a releitura dos problemas nacionais. Como exemplo, destacamos a ação de Oswaldo Cruz na campanha contra a febre amarela. Partindo de conceitos que, na época, eram muito novos para a transmissibilidade da doença, ele ataca diretamente os agentes de transmissão, os mosquitos. Muito mais do que pioneirismo, Oswaldo Cruz parte das últimas concepções de epidemiologia e microbiologia, que denotam práticas discursivas que emergem na década de dez do século XX.

Até então, era corrente a ideia de que “a questão da doença ou de sua reprodução encontrava sempre como chave explicativa o ‘meio-ambiente’. Nesta perspectiva, o ‘meio-ambiente’ era portador e o reprodutor das doenças. A única forma de eliminá-la era atingindo e transformando este meio” (LUZ, 1982, p. 76). No entanto, passa-se deste tipo de intervenção em larga escala para uma preocupação com o indivíduo.

A intervenção do meio nas individualidades

Ao se voltar para o meio ambiente, a prática da higiene pública, até a primeira década do século passado, não visava diretamente à alma dos indivíduos, mas sim sinais exteriores, isto é, marcas visíveis de doenças, como eram visíveis os sinais de degenerescência racial. O rosto, o temperamento, a compleição física denotavam aquilo que portava internamente o sujeito. Como também, o meio ambiente visivelmente carregava os seus próprios sinais. Dessa forma, a intervenção dos agentes de saúde, ou dos educadores, ou dos pensadores do período sempre vinha no sentido de eliminar o que era anormal por meio de uma ação que poderíamos chamar de *terapêutico-corretiva*, isto é, se os elementos carregam consigo as suas marcas próprias, deve-se agir para corrigir e eliminar as más tendências - ação puramente repressiva nas escolas -, ou melhorar a raça através de cruzamentos - branqueamento -, ou, ainda, eliminar os focos epidêmicos do meio ambiente e dos indivíduos – transformando-os. É assim que

acontece com José B. Lannes que, ao inspecionar o Instituto Disciplinar, para onde eram enviados menores infratores, notava:

(...) se é de conveniência inestimável como vae se reconhecendo, com geral applauso em S. Paulo, para exemplo de todo o paiz, desenvolver e adestrar as forças phisicas na educação da mocidade, é imprescindível a obervancia dessa pratica em um estabelecimento de disciplinas. É, portanto, extranhavel que venham menosprezal-a em fofos leitos e agasalhos exagerados que amolentam, tiram a rigeza muscular e a energia de reacção ao organismo dos rapazes, que se querem sadios e fortes para o trabalho a que preciso é affeiçoal-os (O ESTADO DE SÃO PAULO, 05/10/1903).

Corrigir os menores era antes de tudo uma questão de adestramento, já que “o Instituto não se preocupará de artes de officios; não é escola para galardoar viciosos e vadios” (Idem). O carrancudo inspetor entende que o corpo, o caráter têm suas características inatas, o que faz com que a única saída seja partir para *terapêuticas corretivas*. Esta percepção é correlata à da intervenção no meio, como no caso das transformações urbanas que ocorreram no Rio e em São Paulo nos primeiros anos do século XX. Porém, na virada do século, há uma mudança drástica nos conceitos de biologia e de medicina, que são os mais evidentes, como também nas concepções raciais e das subjetividades, embora estas sejam menos visíveis. O modelo intervencionista estatal, no caso da higiene pública, é deixado de lado, já que o combate às doenças não se processava mais em ações de envergadura voltada pura e simplesmente para o meio. Como exemplo, temos o combate à febre amarela. Até 1903, mais ou menos,

(...) as práticas sanitárias no período republicano embasavam-se tecnologicamente na bacteriologia, apresentando agentes causais próprios e únicos para cada patologia, com elementos da teoria miasmática, adaptada para a nova era das descobertas bacteriológicas. A intervenção do Estado nos problemas de saúde pública dar-se-ia através da utilização da engenharia sanitária e da polícia sanitária como instrumentos privilegiados para as intervenções sobre a cidade. Essas ações seriam organizadas mediante sua centralização crescente na esfera estadual, com o predomínio de ações campanhistas, com intervenções sobre problemas sanitários específicos, quase sempre epidemias, na primeira década e meia de República (TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 93).

Mas,

(...) no início do século XX, com o consenso em torno da transmissão da febre amarela pelo mosquito, verificou-se nova mudança no padrão da ação sanitária estadual, com o procedimento de ações para o controle do vetor, basicamente ações sobre os cursos e coleções de água. Essa tendência de medidas mais específicas, direcionadas exclusivamente ao combate do vetor, após a descoberta e a aceitação da transmissão da febre amarela pelo mosquito, em substituição às ações gerais sobre o meio urbano, não se verificou apenas no Brasil, mas em toda a América Latina nesse período. (Idem, p. 97).

O combate ao mosquito transmissor da febre amarela abriu um novo campo para a intervenção de higienistas, como também alterou profundamente suas concepções. Assim:

em todos os logares onde tem existido commissões (sanitárias) mais demoradas, Santos, Campinas, Sorocaba, as epidemias não se têm reproduzido, apesar da disseminação naturalmente profusa do agente infectuoso. É que em hygiene mais vale prevenir do que remediar, de mais seguras armas dispõe a hygiene preventiva ou de defeza, do que a aggressiva ou de combate", nesse sentido, "a hygiene publica não tem só por função prevenir as epidemias e combatel-as, tambem se incumbe de instruir o povo, e esta sua missão não é a menos benefica", e completando, "a hygiene precisa ser pregada ao povo com a mesma insistencia com que o malho volta á bigorna. É só no fim de muitas marteladas que o ferro se amolda ás exigencias da industria. Assim tambem é percorrendo uma escala cujo diapasão varia da persuasão á multa que o higienista consegue os melhoramentos necessarios ás habitações (Dr. Victor Godinho, O ESTADO DE SÃO PAULO, 01/10/1903).

Pressente-se, nesse momento, que a inflexão nas práticas discursivas – do indivíduo portador de tendências inatas ao ser cercado por micróbios - se direciona a uma atuação mais vigorosa das instituições governamentais, e muitas vezes, por meio de *metáforas belicistas*. Essa atuação requisitada é policial, preventiva e punitiva, tanto que:

as molestias evitaveis serão reprimidas, custe o que custar, para beneficio da geração presente. É de conveniencia termos este facto sempre em mente, pois elle constitue o principio fundamental que dirige os destinos da Nova Higiene [...] O Estado pode fazer qualquer lei ou regulamento ou impor qualquer restricção ás actividades de um individuo uma vez que isso seja necessario para a conservação da saude da coletividade (Prof. Darling, O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/04/1919).

A individualização de uma entidade vivente

Essas modificações no campo da biologia, isto é, na compreensão da transmissão da doença, a identificação do seu vetor, e na compreensão da reprodução do micróbio, trazem profundas alterações na concepção de sujeito. Lembro que trabalhamos com uma compreensão de indivíduo que não é apenas jurídica, e sim numa compreensão mais ampla que abarca definições biológicas, e “de facto, não se pode definir a individualidade biológica sem definir a vida [...]. Para definir o que é uma entidade vivente, é preciso uma caracterização da sua organização e não da sua estrutura. O facto de sermos capazes de falar de bactérias e de cães como se fossem seres vivos mostra que se pode descrever uma organização dessas” (VARELA, 1988, p.106).

Partindo desta concepção, a de *individualização de uma entidade vivente*, entendemos que a biologia compreende como individualidade biológica o ser humano, logo, numa formação discursiva, como a que estamos abordando, não se isola o indivíduo dum meio, sendo este veículo para a ação da entidade biológica, no caso, o ser humano, ou ainda, a compreensão de um micróbio.

Daqui podemos compreender as profundas transformações por que passam as concepções biológicas na virada do século. Elas trazem uma nova leitura do indivíduo, pois o compreendem não como uma entidade jurídico social, e sim como uma entidade biológica. De um ser configurado pelo ambiente, a um ser utilizando o ambiente como meio para a sua ação. É no início deste século que: “novos conceitos e práticas médicas serão colocados em vigor. A epidemiologia e a profilaxia serão tratadas sob outros prismas e com isto a administração dos problemas de saúde envolverá outros agentes” (LUZ, 1982, p. 85).

Então, passa-se rapidamente:

de uma medicina social em sua vertente urbana, voltada ao controle do contato desordenado que o caos da vida na cidade propiciava, substituída pelo controle do vetor da febre amarela. Abandonavam-se os resquícios da teoria dos miasmas que ainda haviam no modelo de intervenção sanitária [...], e em lugar de um complexo de medidas de saneamento urbano, para o controle da circulação do ar e da água, e da quarentena dos doentes, com seu isolamento nos lazaretos, adotava-se em sua plenitude o modelo bacteriológico (TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 119).

De maneira paradoxal, o novo modelo sanitário acaba sendo uma espécie de corolário para o individualismo liberal presente nos discursos a respeito de cidadania. Ao visar o corpo individual, de certo modo, a política sanitária abandona, aos poucos, os modelos intervencionistas em larga escala. O paradoxo reside no fato de que o novo modelo médico da passagem do século, atua em sentido contrário ao das liberdades individuais, como é possível observar na campanha da vacina obrigatória, em que a principal crítica era a desconsideração, por parte do governo, da propriedade privada, começando pelo corpo dos indivíduos e, ao mesmo tempo, permitindo caracterizar o indivíduo como entidade vivente que usa o meio como veículo para a sua manifestação. Nesse sentido, não cabe mais modificar o meio, e sim os indivíduos - é claro que chegaremos a um novo tipo de intervenção urbana, mas este modelo tem muito mais a ver com o espaço laboratorial, isto é, o meio urbano limpo e higienizado pretensamente se aparenta com o laboratório, por permitir todo desenvolvimento possível do ser vivente.

Neste sentido, as concepções de indivíduo vão se modificando. Como exemplo, temos as alterações que a organização do serviço sanitário sofre em 1906, sendo que:

duas das novas atribuições estaduais de 1906 representam novidade dentro do instrumental tecnológico empregado para o controle da saúde urbana. Trata-se do aconselhamento em higiene pessoal e doméstica, e a fiscalização da higiene escolar, do ponto de vista das instalações das escolas e da salubridade do processo de ensino. Constituindo o que chamamos de educação higiênica, pela primeira vez os serviços sanitários incorporavam ações de natureza explicitamente educativa na profilaxia de doenças, aproximando-se do instrumento tecnológico que foi amplamente utilizado a partir da década de 1920 na saúde pública paulista, a educação sanitária (TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 223).

Esta pequena modificação que poderia muito bem passar por uma melhoria ou até mesmo como um paradoxo, entretanto, na realidade é uma profunda modificação nos enunciados sobre o sujeito, isto é, sendo o meio-ambiente um veículo para a manifestação do ser vivente, deve-se atentar com maior acuidade para o ser, a nova percepção ganha adeptos e aos poucos torna-se um discurso de verdade, tanto que:

alludimos ao grande problema do melhoramento physico do homem, que talvez em parte alguma se imponha tão gravemente, como no Brasil [...]. Felizmente, ha bons indicios de que a grave questão não continuará por muito tempo ao abandono. É licito mesmo dizerse que ella já começou a ser encarada, embora através de dubiedades e

hesitações, e isso graças a esse acordar de energias civicas que ora percorre todas as camadas do nosso povo [...]. O que falta agora é formularem-se claramente as linhas geraes de um plano a desenvolver [...]. Isto será tanto menos difficil quanto a administração já conta com os principaes aparelhos que deverão intervir: o serviço sanitario, a inspecção medica escolar, o professorado, os quartéis. Seria de toda conveniencia que se procurasse religar a esse aparelhamento, subordinando-as a directrizes certas, distribuindo-lhes um papel determinado na grande entrosagem, as nossas corporações sportivas. Por toda a parte, hoje em dia, os que se acham á testa dos povos vovem as suas vistas para o ‘sport’, consideram-no como um mundo de forças a encaminhar e aproveitar para o maior bem da sociedade e da nação, e nesse sentido tentam dar-lhe um objetivo superior e uma disciplina severa. É tempo de fazermos o mesmo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/08/1917).

Esta nova sensibilidade pode ser identificada no caso da doença: ela não está no meio, já que ela utiliza vários vetores, e sim na capacidade das bactérias, vírus, se procriarem em condições adequadas. Isto não quer dizer que o governo na Primeira República passou a atuar massivamente no combate às doenças, muito pelo contrário, assim:

a oferta de assistência individual à saúde fugia completamente aos padrões de organização social da Primeira República, politicamente excludente e autoritária, e ao mesmo tempo liberal no campo econômico [...]. A assistência aos doentes foi um assunto secundário na organização sanitária da Primeira República, situação atenuada na década de 1920 [...]. Quase como regra, a assistência hospitalar e ambulatorial aos doentes se dava por iniciativa da filantropia (TELAROLLI JÚNIOR, 1996, p. 222).

As marcas exteriores na enunciação dos indivíduos

Mas onde se situam essas modificações nos enunciados acerca do sujeito, do indivíduo? Poderíamos dizer que não há um lugar para elas e muito menos o agente, e ainda mais, os enunciados são subreptícios. As mudanças que ocorrem neles são insidiosas e silenciosas. Um experimento em Havana no tratamento da febre amarela*, ou ainda, uma discussão sobre micróbios, ou, o patriotismo num livro para escolares. A questão é que o indivíduo deixa de portar marcas interiores, para se tornar passível de registro de sinais exteriores. Portanto:

* O exército americano adotou em Havana - Cuba, as novas teorias sobre a transmissibilidade da febre amarela, combatendo os focos de procriação do mosquito. A partir dessas experiências que Oswaldo Cruz se baseou para a campanha de combate ao mosquito transmissor, além da vacinação obrigatória.

quando a bacteriologia se limitava a descobrir os agentes específicos de cada doença, parecia que as novas doutrinas operavam uma revolução absoluta; as antigas noções clínicas, dir-se-ia, iam soçobrar, os fatores etiológicos habitualmente admitidos, hereditariedade, terreno, etc., como que acabariam: os melhores princípios de Hipócrates que pretendia ‘que a doença está em nós’ dever-se-ia substituir o axioma ‘a doença está fora de nós’ [...]. Para a higiene, então, o parasita era tudo e o organismo nada (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/01/1907)

Nesse sentido, a intervenção sobre o indivíduo passa das ações exteriores, como a prática da saúde pública, para uma ação individual, ou visando o corpo do indivíduo, como na vacinação obrigatória. De uma torção externa para uma interna. Para o médico, por exemplo, “não basta que [...] conheça a molestia a combater, é indispensável que elle não esqueça que não ha molestias, mas doentes” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/04/1919).

As teorias raciais aos poucos perdem importância, pois o meio tornou-se um veículo e não causa de doenças, ou da degenerescência racial, podendo até mesmo ser ultrapassado. Tal identificação permite uma rápida passagem, de certo modo, do determinismo do meio, para uma idéia de que o meio pode ser alterado pelo ser, porém, o ser se modifica a partir de uma ação do exterior em sua direção: a vacina é o veículo exemplar desse tipo de ação, tanto que o Instituto Vacinogênico ganhou uma reportagem especial no jornal *O Estado de São Paulo*, ao completar 25 anos em 20 de agosto de 1917. Nela, além do seu caráter laudatório, nos lembra uma frase de Oswaldo Cruz: “só tem variola quem quer” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/08/1917).

Novas sensibilidades, novas imagens a respeito dos indivíduos. Assertivas a respeito de moralidade surgem entre jovens médicos recém-formados, através do orador da turma que reclama:

medidas que se deviam tomar para combater as mais inculpadas infecções corroedoras da nossa nacionalidade, chamando a nossa atenção para os tres maiores agentes intoxicadores dos nossos patricios, o alcool, o fumo, os falsificadores, pondo em destaque que ‘a mais efficiente das causas do definhamento das nossas populações e da sua vulnerabilidade pelos germes infecciosos, é ser o nosso sertanejo, o nosso caipira, o brasileiro, enfim um eterno faminto, nunca saciado, não sabendo comer como deve, impedido de comer como precisa’ (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/04/1919).

A produção dos indivíduos necessários à nação

É claro que o determinismo absoluto quase não penetrou no pensamento brasileiro do período, mas com essas mudanças nos enunciados sobre o indivíduo, ele perde cada vez mais importância. Em contrapartida, é possível verificar o rápido crescimento da ideia de que o indivíduo pode mudar o meio através de vetores externos. Se a educação, por exemplo, tinha a função de adequar os sujeitos ao meio, agora ela passa a ser o fundamento do próprio indivíduo, sendo por meio dela que se daria a própria formação da individualidade, instilando hábitos na alma infantil para a formação de um adulto adequado a esta ordem médica (COSTA, 1983, p. 174).

Na comemoração de aniversário da Escola Normal, em 1917, o Diretor da escola, sucessor de Caetano de Campos, o Dr. Oscar Thompson lembra que:

O elemento nacional habituado pela tradição a preferir as carreiras liberais a outras quaisquer, desvaloriza-se dia a dia, por sua falta de preparo, nas mais insignificantes ocupações materiais. E isto o coloca na luta pela vida, em situação inferior à do estrangeiro que dentro em pouco, se não mudarmos de proceder, serão os donos, os dirigentes econômicos desta grande terra. Só há um meio para nos fartarmos (sic) à humilhação desta inferioridade que nos deprime e infelicita: é a criação de escolas profissionais por toda a parte, abrangendo todos os graus e mormente a difusão do ensino agrícola, que deverá ser ministrado em nossas escolas, quer constituindo cursos especiais, quer anexado a outras instituições congêneres, a fim de que os jovens adquiram o hábito do trabalho, aprendam fazendo e conheçam desde logo, pela própria experiência, a realidade da vida (O ESTADO DE SÃO PAULO, 05/07/1917).

Podemos comparar com as falas de Caetano de Campos que, de maneira sintomática, pensava que:

a atividade é uma lei da criança [...]. Acostume-os a produzir, educa a mão [...]. É com tais leis sempre presentes ao espírito do mestre, sem o descuido de um instante que a criança, graças à sua natural atividade, torna-se produtiva em vez de vadia, amiga da verdade e induzida a procurá-la por hábito, porque tudo que sabe deve ao seu próprio esforço mais apta para a conquista das noções, porque aperfeiçoaram-lhe os sentidos e com eles a aquisição das idéias; finalmente, a criança assim conduzida, torna-se hábil e fecunda por que só se lhe deu o que ela podia receber; porque o que se lhe deu tinha a medida na sua própria psicologia e tudo que adquiriu estava baseado na formação do seu caráter, na justiça das coisas e portanto na moral prática que é sempre assimilável” (O Estado de São Paulo, 10/03/1890).

Alguns anos separam os discursos dos diretores da Escola Normal (futura Escola “Caetano de Campos”), entretanto há grandes diferenças. A educação preconizada por Caetano de Campos, como vimos, visava corrigir o que era dado, isto é, tentava simplesmente trabalhar com o que estava pronto: as propensões e atavismos, dependendo da educação uma melhoria racial. Já para o diretor Oscar Thompson, tratava-se de instilar hábitos, criar indivíduos aptos e prontos para enfrentar a concorrência entre as nações. Já não era preciso o imigrante branco europeu para que a raça melhorasse, era necessário produzir os indivíduos necessários à nação. Se o branqueamento representava a possibilidade de sair do atraso, agora o indivíduo poder ser produzido nos bancos escolares, nos quartéis, nas fábricas, ou seja, onde se pudesse instilar hábitos, comportamentos. Já não se tratava de corrigir o que era dado, a formação racial do brasileiro, e sim, construir uma nova ordem, formar os indivíduos. Desta forma, ao exortar os novos médicos, como orador oficial da formatura da 1ª turma da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o Dr. Bernardo de Magalhães lembra a todos para que sejam:

eugenistas convencidos e praticantes; a nossa raça sem educação de qualquer especie, enfraquecida pelo clima e pelo indifferentismo, necessita do amparo dos competentes, dos ensinamentos dos sabedores, para a sua remodelação, para o revigoramento dos seus musculos e dos seu caracter [...] A cultura physica com o ensino primário obrigatorio serão os dois grandes e indispensaveis elementos para o desenvolvimento da disciplina moral e intellectual... (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04/04/1919).

As assertivas do médico contrapõem-se às do colega do fim do século XIX. A atuação sobre o meio cede lugar à ação sobre o indivíduo, é claro que o meio é importante, mas não é ele que determina, mas será determinado pelo homem, este sim, forjado pelas ações exteriores, já que não porta mais as suas próprias marcas:

Ha que melhorar a saude do povo pelo saneamento rural e urbano; ha que por em pratica o ensino obrigatorio para forçar as massas a ler e a escrever; ha que trabalhar pela vaccina obrigatoria para acabar com essa mancha que nos deprime [...]; ha que propagar como homem e como medico os principios eugenicos que robustecendo os fracos que são quasi todos, darão ao nosso povo uma melhor idéa de si mesmo, levantarão o seu nivel moral, estimulando a iniciativa propria tornando-o mais independente, mais senhor de sua vontade, diminuindo a empregomania e por consequencia o voto incondicional e augmentarão a riqueza publica (O Estado de São Paulo, 04/04/1919).

Esta extensa proposta dá-nos a dimensão da nova percepção do social e da organização política. A eugenia, como meio de aprimorar a raça, é bem diferente da idéia de branqueamento, na virada do século, e casa-se com o renascimento do nacionalismo nos anos dez. Antes de ser uma excrescência da consciência de um determinado povo, o nacionalismo pode ser compreendido como uma tentativa de explicar a realidade e também de idealizá-la. Mas o nacional como discurso tem a sua coerência interna ligada indissolúvelmente aos enunciados, e no nosso caso, parte deste discurso liga-se aos enunciados acerca do indivíduo.

Grosso modo, podemos dizer que o nacionalismo começou a ser revisitado a partir da obra de Affonso Celso, *Por que me ufano do meu país*. Este texto, voltado especificamente para escolares, foi tomado por muito tempo como fruto de um nacionalismo primário. Porém, ele representa um recrudescimento desse sentimento bem diferente do romantismo de meados do século XIX, apesar de Dante Moreira Leite considerá-lo “anacrônico, muito mais próximo dos românticos da metade do século XIX do que dos cientistas do início do século XX” (1983, p. 211). Porém, como o próprio autor reconhece, o livro de Affonso Celso, teve vida longa ao influenciar os manuais didáticos produzidos até a década de 1970, principalmente, os famigerados livros de “Educação Moral e Cívica”. Essa longevidade liga-se diretamente à pretensa cientificidade do texto em questão, pois, como vimos, o romantismo fazia uma leitura sentimental da formação racial, enquanto que Affonso Celso buscava nas teorias raciais então correntes a fundamentação do seu nacionalismo. Mas o que nos interessa é que apesar das explicações raciais, o autor encontra espaço para compreender que é possível, a despeito da rigidez da formação racial, educar moralmente os jovens. Aqui correlacionamos tais intenções com as novas concepções acerca do indivíduo que surgem no meio científico.

Verifica-se que nestas concepções já aparecem os elementos de uma nova individualidade: aquele que é formado pelo ensino, pela educação. Cria-se no indivíduo por meio de um vetor, o sentimento do nacional, ou seja, esse sentimento não é mais fruto de condições mesológicas ou hereditárias, e sim de “inoculações” externas: ensina-se o nacionalismo às crianças, pensando-se em instilar hábitos, formar personalidades. É nesse sentido que “como as doenças não eram mais compreendidas como fenômenos finais, da mesma maneira deviam ser analisadas as raças. A população brasileira era entendida como uma ‘raça em formação’, cujo bom resultado dependia de um aprimoramento biológico” (SCHWARCZ, 1993, p. 232).

Considerações Finais

Pode-se afirmar que o declínio do modelo campanhista de intervenção sanitária se deve ao desinteresse da elite republicana em tratar o povo doente e desassistido. Entretanto, podemos considerar que ao tratar dos vetores das doenças, a medicina permite justamente à elite governante um certo relaxamento nos programas de intervenções espaciais e urbanas, já que sendo o indivíduo o alvo, e não mais o meio, é possível considerá-lo como objeto e alvo dessa nova prática discursiva.

O novo indivíduo passa a ser o campo no qual se “inoculam” vacinas, hábitos, moral, etc., independente do tipo físico ou biológico, já que trata-se de criar esse sujeito. Antes, considerado quase que inteiramente perdidos no pensamento racial, os mestiços passam a ser tratados como doentes, sendo considerados regeneráveis. Assim “era preciso educá-los, incitá-los a casamentos desejáveis, evitar maus hábitos e perversões” (SCHWARCZ, 1993, p. 232).

Neste aspecto, a Faculdade de Medicina do Rio, por meio de sua revista *Brazil Médico*, inicia uma campanha pela prática da educação física no início da década de dez (idem, loc. cit.). Desta forma, é possível passar de um pensamento racial para um pensamento eugênico. É evidente que não se trata de práticas prontamente aceitas e colocadas para funcionar. Trata-se antes do aparecimento de práticas discursivas, de embates em torno dos indivíduos e do poder associado ao domínio de saber sobre estes mesmos indivíduos. Podemos até mesmo dizer que com a emergência de determinadas concepções sobre os sujeitos, assistimos ao nascimento da nação, permitindo o surgimento e a difusão de pensamentos como os de Alberto Torres e de seu discípulo, Oliveira Vianna.

Entretanto, malgrado a ação dos intelectuais, cada vez mais eles perdem importância, assim como os tipos de intervenção que solicitam do governo. Este, por sua vez, absorvido nas transações comerciais do café, abandona à própria sorte grande parte da população, pois lhe parece que a vacina solucionará satisfatoriamente o problema das doenças no país. Mas tal desconsideração não altera o quadro de compreensão do indivíduo, ao contrário, ela o confirma.

A inflexão do pensamento racial, antes de ser uma mudança por melhoramento, é a transformação de uma formação discursiva e, conseqüentemente, das práticas

correlatas, nas quais o brasileiro deixa de ser o nexó negativo entre raça e degenerescência, para ser alçado à condição de vetor de nacionalidade, de operosidade e de moral.

Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras. 1989
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1983.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. SP: Cultrix. 1985.
- BOTTMANN, Denise G.. "A propósito de Capistrano" *In História: Questões e Debates*. Curitiba: APAH, 1989. n° 18-19.
- CORREA, Marisa. 1982. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP (tese de doutorado).
- COSTA, Cruz. *Contribuição à História das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- FILIZOLA, Anamaria. "A Retirada da Laguna: nacionalismo, modernidade e memória" *In História: Questões e Debates*. Curitiba: APAH. 1991. n° 22-23.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1976.
- JOANILHO, André Luiz. *O nascimento de uma nação: a elite intelectual brasileira e o ressurgimento do nacionalismo - 1900/1920*. Curitiba: Aos Quatro Ventos Editora. 2004.
- JOANILHO, Mariângela. 2005. *As metáforas da língua nacional*. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). UNICAMP: Campinas. (inédita)
- LUZ, Madel. *Medicina e ordem política brasileira*. Rio de Janeiro: Graal. 1982.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira. 1983.
- MARGARIDO, Alfredo. 1971. "Le probleme des nationalités" *In Comprendre le idées du XIXe siècle*. Marc Ferro (Org.), Paris: Marabout.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo/EDUSP. 1974.
- SALES, Alberto. *A pátria paulista*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1983.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras. 1993.

TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 1996.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional. 1978.
_____. *O problema nacional brasileiro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 1982.

VARELLA, Francisco *et alli*. *Indivíduo e Poder*. Lisboa: Edições 70. 1988.

Data de Recebimento: 30/03/2011
Data de Aprovação: 12/03/2012

Para citar essa obra:

JOANILHO, André Luiz; GALLI JOANILHO, Mariângela Peccioli. A produção dos sentidos da nacionalidade: um estudo sobre práticas discursivas na Primeira República.

RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 1 - ISSN 1413-2109

Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70

Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo

13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>